



DA (RE)EXISTÊNCIA DA GEOGRAFIA FEMINISTA NA AMAZONIA A TEORIA QUEER.

Msc. Adymailson Nascimento Santos^{1*}, Dr. Patricia Rocha Chaves²,
Dr. Antonio Carlos Sardinha³.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2977-4045>; <http://orcid.org/0000-0002-5565-1412>;
<http://orcid.org/0000-0001-5257-3263>

¹Professor, da Faculdade Estacio Amapá, Macapá, Amapá, Brasil, ²Professora Doutora da Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Geografia, Macapá, Amapá, Brasil, ³Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil
*ady.nastos44@gmail.com

Recebido em: 15/08/2023; Aceito em: 01/06/2024; Publicado em: 30/07/2024
DOI:

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar as influências das teorias feministas e de gênero na construção do campo do saber na ciência, bem como sua importância para a aplicação das pesquisas nas mais diversas áreas acadêmicas sobre gênero. Além disso, busca-se compreender como a teoria Queer tem sido absorvida nesse campo e por meio de quais suportes teóricos o tema tem vindo à tona. Com base nesse panorama, apontam-se alguns dos rumos que a teoria Queer oferece ao campo, destacando como ela dialoga com o universo material amazônico e o potencial de uma posicionalidade Queer, mais do que de um suposto aparato teórico já estabelecido. Ser feminista em geografia na Amazônia demonstrou ser uma importante ferramenta de intervenção política, uma vez que representa a subversão de conceitos legitimadores de opressões às mulheres. A falta de referencial teórico-prático sobre a atuação do geógrafo em contextos como o da comunidade LGBTQIA+ tem levado, por muito tempo, ao silenciamento e à invisibilidade de sujeitos que compõem nossa sociedade. Apesar de, em alguns espaços, o fazer da geografia ainda estar em pleno processo de desenvolvimento, os desafios apresentados revelam a construção de novas práticas e saberes que se desenrolam a partir da inclusão da psicologia em outros territórios.

Palavras-chave: Feminismo, Teoria Queer, Geografia, Território.

TITLE: FROM THE (RE)EXISTENCE OF FEMINIST GEOGRAPHY IN THE AMAZON TO QUEER THEORY.

ABSTRACT

This article aims to investigate the influences of feminist and gender theories on the construction of knowledge in science, as well as their importance for the application of research in various academic areas on gender. Additionally, it seeks to understand how Queer theory has been absorbed in this field and through which theoretical frameworks the theme has come to the forefront. Based on this overview, some directions that Queer theory offers to the field are pointed out, highlighting how it dialogues with the material universe of the Amazon and the potential of a Queer positionalism, rather than of an already established theoretical apparatus. Being feminist in geography in the Amazon has proven to be an

important tool for political intervention, as it represents the subversion of concepts that legitimize oppression against women. The lack of theoretical-practical reference regarding the geographer's role in contexts such as the LGBTQIA+ community has led, for a long time, to the silencing and invisibility of individuals who make up our society. Although in some spaces, geography is still in the process of development, the challenges presented reveal the construction of new practices and knowledge that unfold from the inclusion of psychology in other territories.

Keywords: Feminism, Queer Theory, Geography, Territory.

DE LA (RE)EXISTENCIA DE LA GEOGRAFÍA FEMINISTA EN LA AMAZONÍA A LA TEORÍA QUEER

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo investigar las influencias de las teorías feministas y de género en la construcción del campo del saber en la ciencia, así como su importancia para la aplicación de investigaciones en diversas áreas académicas sobre género. Además, se busca comprender cómo la teoría Queer ha sido absorbida en este campo y a través de qué marcos teóricos el tema ha salido a la luz. Basándose en este panorama, se señalan algunas de las direcciones que la teoría Queer ofrece al campo, destacando cómo dialoga con el universo material amazónico y el potencial de una posición Queer, más que de un supuesto aparato teórico ya establecido. Ser feminista en geografía en la Amazonía ha demostrado ser una herramienta importante para la intervención política, ya que representa la subversión de conceptos que legitiman la opresión contra las mujeres. La falta de referencia teórico-práctica sobre el papel del geógrafo en contextos como el de la comunidad LGBTQIA+ ha llevado, durante mucho tiempo, al silenciamiento y la invisibilidad de sujetos que componen nuestra sociedad. A pesar de que en algunos espacios, la geografía aún está en pleno proceso de desarrollo, los desafíos presentados revelan la construcción de nuevas prácticas y conocimientos que se desarrollan a partir de la inclusión de la psicología en otros territorios.

Palabras clave: Feminismo, Teoría Queer, Geografía, Territorio.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, é perceptível o quanto a mundialização do capital e suas conjunturas modernas têm gerado questionamentos por parte de intelectuais, em destaque aos geógrafos, tendo em vista toda a complexidade que envolve as relações com a sociedade e a natureza. Visando que os estudos de gêneros na geografia e outras ciências estão emergindo como um “grito” de pessoas que vivem segregadas e silenciadas por anos. Para o campo da geografia, tem sido uma tarefa árdua e um tanto quanto desafiante para aqueles que têm ousado enfrentar as estruturas dominantes da ciência hegemônica. A geografia de gênero ou feminista, busca revelar as desigualdades sociais e territoriais entre homens e mulheres. Este “novo” recorte considera o gênero como marcador social.

Silva e Ornat (2007) apontam que a ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações

concretas não foram consideradas adequadas como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

Fazendo um elance com o pensamento heteronormativo enraizado na geografia, Rose (1993) define a geografia como um conhecimento masculino que se sustenta nas práticas acadêmicas mais comuns, como na escolha de temas a serem estudados, na eleição de aparatos teóricos e metodológicos consagrados e na elaboração dos perfis de congressos e seminários, ou seja, as mulheres, para praticar a geografia, devem assumir as referências masculinas de ciência, uma vez que o lugar central da enunciação do discurso geográfico é, como visto, o homem branco, burguês e heterossexual, e esta posição permite a hegemonia de suas concepções sobre o gênero, a raça e a sexualidade.

Os discursos que fundamentam a defesa de tais oposições retrógradas sobre estas linhas de pensamentos e análises, não somente ecoam no ambiente acadêmico, mas nele se impregnam. A difusão do discurso político conservador e as práticas acadêmicas masculinistas e sexistas que buscam preservar a heteronormatividade se constituem como dispositivos interatuantes, são evidências concretas da potencialidade dos conceitos à intervenção no real. O contexto de estudos sobre a geografia feminista e gêneros é marcado por intensas lutas travadas, mutuamente, no campo das políticas de direitos humanos e epistemológico da geografia brasileira. Nestes campos, há um número considerável de questionamentos sobre validade, se é ou não ciência. Na política dos direitos humanos a validade da garantia de direitos igualitários para a população LGBTQI+ é questionada por setores conservadores da sociedade. A visibilidade da população LGBTQI+, apesar de inquestionável, é vilipendiada e violentada na unguida oposição das bancadas evangélicas nas esferas legislativas estaduais e federal, e estendo essa mesma para dentro das academias.

Ao enfrentar os desafios de pesquisar sobre gêneros, estudiosos tendem a travar batalhas com inúmeras expressões de rejeição, ameaças e condenação como ingredientes do campo científico diante de práticas de pesquisa e divulgação de trabalhos desenvolvidos sobre gênero e sexualidade.

2. O SILÊNCIO E INVISIBILIDADES DOS ESTUDOS FEMINISTAS: PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia empregada nesta pesquisa foi a revisão bibliográfica, com o propósito de investigar a geografia feminista e a teoria queer. O estudo examina como as teorias feministas e de gênero influenciam a construção do conhecimento científico e sua relevância para a pesquisa em diversas áreas acadêmicas sobre gênero. Além disso, busca-se compreender como a teoria queer tem sido incorporada nesse contexto e por meio de quais fundamentos teóricos o tema tem emergido. A partir desse panorama, são delineadas algumas das direções que a teoria queer oferece ao campo, ressaltando sua interlocução com o universo material da Amazônia e o potencial de uma postura queer, em vez de um aparato teórico preestabelecido. Ser feminista na geografia da Amazônia tem se mostrado uma ferramenta política crucial, pois implica a subversão de conceitos que legitimam a opressão das mulheres. A falta de um referencial teórico-prático sobre a atuação do geógrafo em contextos como o da comunidade LGBTQIA+ tem resultado, por muito tempo, no silenciamento e na invisibilidade desses sujeitos na sociedade. Apesar de a geografia ainda estar em desenvolvimento em alguns aspectos, os desafios apresentados evidenciam a construção de novas práticas e conhecimentos que surgem da integração da psicologia em outros territórios.

Embora a epistemologia contemporânea, abalada pela crise da objetividade dos enunciados científicos, já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de ideias derivados de uma cultura que se difunde pela linguagem e que marca profundamente os saberes propagados e incorporados pelos cientistas, ainda falta desenvolver, por parte dos produtores do saber científico, uma prática científica reflexiva em torno do “conhecimento do conhecimento” Tanto na ciência geográfica quanto na própria psicologia estudos com olhares mais amplos sobre grupos sociais surgem como inovação, este que vem das periferias das produções geográficas e a prática cotidiana de seres e corpos considerados como objetos é o que faz com que os geógrafos tenham a cada dia mais interesses em estudar e pesquisar sobre esta temática. Sobre isso Ornat (2013) diz que:

A produção de um discurso divergente do campo discursivo da geografia brasileira, como é o caso da abordagem das sexualidades dissidentes, tem gerado experiências ímpares para nós pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), tanto com a sociedade em geral como com o meio acadêmico. O sentimento de desprezo, aversão e repulsa pelo nosso discurso científico em torno das travestis nos fez perceber como ele era considerado

“maléfico”, no sentido foucaultiano, incapaz de adquirir valor científico na sacrossanta e inviolável pureza da ciência geográfica. (ORNAT, 2013, p.13)

Assim, trazer termo “malefício” por sua vez como objeto científico tem sido uma árdua tarefa do cotidiano acadêmico, porque nós somos os sujeitos que estão colocando em jogo a idéia da “pureza” da ciência e maculando, desse modo, a nobreza do lugar de honra em que todo o campo de saber se colocou, socialmente. As geografias que vem da periferia ou como Ornat (2013) denomina como geografias “malditas”, são as práticas científicas que ameaçam a pureza da ciência geográfica, abordando temas e sujeitos desconsiderados nesse campo por não serem dignos de ter a espacialidade de sua existência reconhecida.

Com base nessas críticas, o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial.

Revisitando as lutas empreendidas pelas geógrafas resultaram em progressos para a perspectiva feminista, a saber: a inserção do gênero como tema transversal nas disciplinas da área humana; a criação de disciplinas específicas sobre o tema; a publicação de uma série de artigos na revista *Progress in Human Geography* e em volumes especiais sobre as abordagens feministas, como no periódico *The Professional Geographer*; e, até mesmo, a publicação de uma revista declaradamente feminista, em 1994, a *Gender, Place and Culture*, bem como o lançamento de vários livros sobre essa temática que contribuíram de forma grandiosa para inúmeras reflexões dentro da geografia assim como na psicologia, sociologia, antropologia e em outras.

Segundo Ornat (2008), o feminismo entrou em debate na geografia durante a segunda onda do movimento feminista que ocorreu em 1960/70 na França, conhecido como o feminismo da diferença pois ousou enfatizar a necessidade de se valorizar as diferenças entre homens e mulheres, e nos Estados Unidos, um feminismo da igualdade que revelava a dominação masculina. A partir de então, para desenvolver este campo de investigação sobre os fenômenos sociais relacionados ao gênero e sexualidade, os programas de geografia de universidades do Canadá, Inglaterra, entre outras, iniciaram a oferta de cursos sobre gênero e feminismo.

Para Silva (2009), uma das principais teóricas da geografia feminista, este momento foi preponderante na reformulação do “fazer geografias”, segundo ela:

A segunda onda foi fundamental para a inspiração das de geógrafas que iniciaram um movimento interno na geografia nos anos 70, sob a perspectiva

de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (SILVA,2009, p.27).

Silva (2009) destaca que um movimento interno na geografia nos anos 70 tinha como principais objetivos "construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina". A autora continua a relatar que a segunda onda feminista foi fundamental para inspirar geógrafas a iniciarem um movimento interno na geografia nos anos 70, com os mesmos objetivos de construir a igualdade de gênero na disciplina, centrar as pesquisas geográficas nas mulheres e desafiar as bases da geografia masculina.

Rossini (1993), aponta o gênero como temática ainda pouco explorada nas ciências geográficas, tendo em vista que seu objeto de estudo é o espaço geográfico, e a mulher não constituía categoria de análise geográfica, ousou demonstrar em seus estudos que a mulher, por meio do trabalho, produz e reproduz espaços. Sendo assim, gênero é uma categoria digna de interesse geográfico.

Essas reflexões geradas pelas tais pesquisas tanto na geografia como nos demais campos das ciências sociais e humanas trazem o entendimento sobre as diferentes geografias das sexualidades e as possibilidades de construir uma visão mais aberta e humana de uma ciência consciente da diversidade e pluralidade.

3. A LUTA DAS MULHERES AMAZÔNIDAS NA GEOGRAFIA

A reflexão sobre as relações de gênero tem ganhado espaço no interior da ciência geográfica e esta conquista deve-se a geógrafas e geógrafos que se dedicaram no passado e àqueles que se empenham em fazer uma exploração geográfica desta área.

Desenvolver pesquisas que abarque essa temática ainda representa um desafio devido, dentre outros fatores, ao conservadorismo do meio científico e à resistência no âmbito acadêmico geográfico em compreender que estes estudos são relevantes para a análise do espaço. Estudiosos (as) desta temática necessitam insistir de forma recorrente quanto à intrínseca relação entre gênero e geografia, buscando reconhecimento da área estudada frente à academia.

Na região Amazônica a pesquisadora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, professora da Universidade Federal de Rondônia, defende sua tese de doutorado,

desenvolvendo sua pesquisa com as parteiras ribeirinhas no município de Porto Velho, Rondônia, embora viesse desde 2000 desenvolvendo estudos sobre o modo de vida e as relações espaciais de mulheres na Amazônia brasileira. No mesmo ano Maria Franco García finaliza sua pesquisa de doutoramento na Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP – tratando das relações sociais de gênero em áreas de assentamento e acampamento rural, de modo a refletir sobre a dialética da produção do espaço e a construção das relações de gênero nas dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização nestes espaços que ela denomina de “lugares da luta”

A pesquisadora Susana Maria Veleda da Silva, também em 2004, defende na Universidade Autônoma de Barcelona, a tese intitulada “Trabalho informal, gênero e cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil”, orientada por Maria Dolors García Ramón. Evidenciam-se também as pesquisas desenvolvidas por Benhur Pinós da Costa em seu trabalho de mestrado – finalizado em 2002 – intitulado “A condição homossexual e a emergência de territorializações” e em sua tese de doutorado defendida em 2008, sobre o homoerotismo na cidade, abordando questões voltadas ao território e a cultura. Cabe ressaltar que entre 2001 e 2004, ao menos um(a) pesquisador(a) em todas as regiões do país – Nascimento Silva/Norte, Garcia/Sudeste e, depois, Nordeste, J. Silva, Costa e S. Silva / Sul e Ratts/ Centro-Oeste, deu impulso e corpo aos estudos de gênero na geografia, como pode ser observado no quadro abaixo. Atualmente o campo de estudos de gênero na geografia brasileira têm se estabelecido no âmbito acadêmico e institucional com a criação e institucionalização de grupos de pesquisa voltados ao estudo desta temática.

As amazônidas durante muitos anos estiveram em posição marginalizada no que tange às investigações científicas realizadas, uma vez que como afirma Torres (2008), a homogeneidade marcou grande parte das abordagens literárias e científicas sobre a Amazônia e foi neste cenário que apenas os homens tiveram visibilidade no processo de (re)ocupação da região. É possível observar que durante muitas décadas as mulheres que viveram na Amazônia foram invisibilizadas não apenas pela ciência geográfica, mas pelas ciências humanas de forma geral.

A institucionalização de grupos de pesquisas é de suma importância para trazer a visibilidade necessária aos estudos de gênero na Amazônia, bem como para consolidar essas discussões na ciência geográfica, visto que, como ora mencionado, a criação de grupos de pesquisa voltados às discussões de gênero tem auxiliado no fortalecimento desse campo de estudos no âmbito acadêmico e institucional da geografia brasileira

A vista da sua múltipla discussão do campo teórico, surge na perspectiva geográfica o conceito Queer, como estudos que versam sobre espacialidades e/ou práticas espaciais, territorialidades entre outros fenômenos que são protagonizados por grupos marginalizados e/ou não-hegemônicos, assim, interferindo em suas condições de existência e/ou demandas. Tais estudos têm entre seus objetivos questionar, mobilizar e/ou superar processos de opressão/ou exclusão, conhecimentos, saberes, discursos, narrativas, e outros mecanismos utilizados para manutenção do poder e privilégio dos atores e/ou agências hegemônicas (SILVA, 2005; ORNAT, 2008; REIS, 2015).

4. GEOGRAFIA E A TEORIA QUEER NA AMAZÔNIA.

A palavra inglesa queer significa distorcido ou tortuoso e é uma oposição a outra palavra, straight (reto). Além do seu significado literal, são palavras que identificam identidades sexuais e de gênero: queer é um termo utilizado pejorativamente para ofender homossexuais ou comportamentos sexuais e de gênero considerados desviantes da normalidade (Viado! Bicha!). Enquanto straight, por sua vez, identifica também uma forma coloquial de posicionar o heterossexual. O binômio straight e queer passou a operar como duas dimensões epistemológicas, na medida em que teorias feministas utilizaram as palavras para designar modos de fazer ciência (TALBURT; MATUS, 2014). Enquanto o mundo branco, masculino, heterossexual gozava de uma ciência pretensamente ordenada, precisa e legitimada, havia milhares de mulheres que se moviam para outras formas de pensamento buscando compreender relações de poder nessas estruturas. Ainda sobre a conceituação do termo Queer, Louro (2001) afirma que:

O pensamento acadêmico queer se desenvolve imbricado ao movimento social que lutava pela liberdade sexual que passou a questionar o caráter conservador do movimento homossexual que excluía sua diversidade interna. O protagonista era o homem branco, homossexual, de classe média alta que obscurecia a luta dos não brancos, travestis, lésbicas e transexuais, etc. Os pensadores queer constituem também os questionamentos sobre a organização das hierarquias sexuais que tornam invisíveis determinadas vivências. O termo queer apresenta ainda ambigüidades pois, assim como representa a unidade de pensadores em torno das identidades construídas socialmente, também é usado como forma de ofensa às pessoas homossexuais. (LOURO, 2001, p 06)

A teoria queer não é por si só uma teoria feminista, tampouco explica sozinha o que é o pensamento pós-moderno. Apesar de ser uma convergência de correntes pós-estruturalistas com estudos feministas e de gênero, ela constitui-se uma filosofia de pôr-se em movimento

teoricamente, em exercício de constante reposicionamento politizando e desnaturalizando cotidianos.

A mobilização da Geografia Crítica no Brasil inicia-se na década de 1970, protagonizado principalmente pelos trabalhos de Milton Santos (1926-2001), e tendo forte influência das produções de Henri Lefebvre (1901-1991), Pierre George (1909-2006) e Yves Lacoste (MOREIRA, 2000). Nesse contexto, aspectos epistemológicos, ideológicos, discursivos, sociais e políticos foram tensionados, revisitados e/ou reformulados, bem como temáticas e conteúdos, considerados até então periféricos do ponto de vista analítico, foram incorporados à ciência geográfica (MOREIRA, 2000). Apesar dos avanços e renovações, alguns temas demoraram para serem considerados pauta na agenda geográfica, entre os quais, os estudos sobre gênero e a sexualidade, que em um primeiro momento, ao receber atenção das/os geógrafas/os, eram reduzidos a uma perspectiva “trabalhista” (marxista) de gênero, ou seja, a divisão de gênero no trabalho, perspectiva esta, que já estava “ultrapassada” nas ciências sociais, em quais os horizontes já eram outros (SILVA, 2003; BORGHI, 2015).

A geografia incorpora a noção de construção social do gênero e sexualidade e as relações de poder inerentes a ela, num processo de permanente tensão e movimento. Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa.

O campo das sexualidades construiu uma crítica em relação à concepção do corpo como um elemento dado, natural e fixo que define, por meio da forma da genitália, a sexualidade humana. A partir desta ótica, os espaços associados aos corpos “naturalmente” dotados de um sentido bipolar (masculino/feminino) reproduzem essas mesmas características de dualidade e oposição, como público/privado, sagrado/profano, produção econômica/reprodução familiar, local/global, e assim por diante.

Na visão de Butler, a crítica feminista deve —[...] compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação (BUTLER, 2013, p. 19). Isto é, como as mulheres foram reduzidas a uma categoria singular e universal, unânime para todas as mulheres, sem levar em conta importantes marcadores de poder que determinam posicionamentos sociais

e formas de participação política delas ao longo da história, que é marcada por privilégios do homem, da raça branca, da heterossexualidade e das posses materiais.

Destarte, ao pensar nas diversidades que se constituem o humano, em especial as mulheres e as suas corporalidades, Lorde adverte, em *A Casa da Diferença* (1982), que:

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Serem garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular (LORDE, 1982, p.226. Tradução nossa).

Assim, importantes debates passaram a ser travados pelas teóricas pós-feministas, visando questionar as inúmeras verdades impostas por diferentes instâncias do saber normatizado – família, igreja, medicina, e, por que não, a geografia? – aos ditos comportamentos estabelecidos às mulheres. Para as feministas estadunidenses e francesas, como Gayle Rubin, Monique Wittig e Judith Butler, o conceito singular de mulher, apregoadado pelo Movimento Feminista Patriarcal de 1960, cedeu lugar ao termo mulheres no plural, percebido não mais como produto inato, fechado e naturalizado, mas como construção sociocultural, instituída através dos tempos. Nessas novas problematizações, ficou evidente que:

Ser mulher começou a deixar de ser apreendido como um fato natural para converter-se no conteúdo de uma categoria que se define através de umas determinadas práticas sociais, políticas e ideológicas que nos encerram em uma determinada maneira de olhar, de pensar e de interpretar a realidade (SINUÉS; JIMÉNEZ, 2010, p. 50-51. Tradução nossa)

De forma crítica e complementar, Haraway (1995) faz advertência ao modo como o Feminismo Patriarcal operou, por muito tempo, a categoria mulher, naturalizando-a. Segundo a autora, torna-se necessário o rompimento destas estruturas identitárias como modelo estabelecido de antemão às mulheres, substituindo-as por olhares que contemplem as afinidades e as diferenças. Com isso, a autora destaca sua posição contrária aos princípios que primam olhares à natureza e, ao contrapô-los, propõe um novo modelo, uma nova política de identificação do que é ser mulher.

Segundo Butler (2013), o termo mulher se apresenta de maneira problemática, até mesmo dentro do próprio Feminismo, na medida em que tem contribuído para o estabelecimento e a essencialização de uma determinada forma de ser mulher, o que, conseqüentemente, tem colaborado para deixar à margem diferentes vozes, experiências e

processos de subjetivação de muitas delas. Segundo a autora, quando falamos ou tentamos definir o que é uma mulher, mesmo que no plural, aquilo que é usado para definir essa mesma mulher tende a ser reducionista e toma o detalhe como uma marca isolada e totalizadora. Em suma, para Butler: —aquilo que define uma mulher, certamente não é tudo o que ela é (BUTLER, 2013, p. 54).

Ao criticar os binarismos, Butler (2005) desenvolve a ideia de gênero como uma estilização contínua do corpo, agindo como regulador e normatizador do que seria natural ou não, do ponto de vista sexual. Salih (2017) nomeia as regulações como um “script”, no qual o sujeito é guiado socialmente, ditando maneiras convencionais de se comportar mediante escolhas naturais. A partir da adoção do “script”, surge em Butler a ideia de performidade (ou simulação), indicando que as expressões ligadas ao gênero, não necessariamente são inerentes ao ser, mas performadas por alguém que “atua” como determinado gênero: “Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performaticamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados” (BUTLER, 1990, p.25). Performidades seriam aquelas expressões ligadas ao sistema sexo-gênero, reproduzidas à partir de convenções normatizantes. Verifica-se que o ser humano possui identidade de gênero vivenciada em díspares temporalidades, escalas e espaços. Conforme Ornat (2013), todo corpo consome espaço e cada pessoa se relaciona de forma subjetiva no espaço. O relacionamento e a interação intersubjetiva entre diferentes pessoas constroem e modificam o espaço.

Abjeção, para Miskolci (2016, p.24), refere-se “ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que consideram uma ameaça ao seu funcionamento, à ordem social e política”. Os abjetos, neste caso, ultrapassam a ideia da homossexualidade, referindo-se à corpos que, pela sua condição sexual passam a ser ameaçados por uma lógica de relações de poder político-sociais com uma visão homogênea e estável da sexualidade, visão esta, fortificada nos anos 1960 após a epidemia de AIDS vigente. Salih (2017) argumenta que a teoria de Butler causa perturbação, no momento em que questiona a categoria de “sujeito”, colocando-o como objeto a ser construído e performativo; e ao indicar possíveis modos de alterar as identidades sexuais, que causam ainda mais abjeções por parte de quem está interessado na preservação das oposições binárias.

De acordo com Silva (2013), o espaço das travestis possui um discurso, que não são lidos por que são considerados abjetos pela sociedade heteronormativa.

As travestis são impedidas de estar em determinados lugares. Isso pode ocorrer de maneira sutil, por meio de constrangimentos, como olhares acusatórios,

sorrisos de deboche e humilhações ou atos de rejeição ou exclusão explícita que culminam na sua expulsão de determinados locais. Todas estas ações fazem parte do discurso instituído pela sociedade heteronormativa que expressa a sua ordem espacial, e todos aqueles que não fazem parte da trama discursiva devem sofrer as sanções sociais (SILVA, 2013, p.158).

Ao aproximar a teoria queer dos conceitos territoriais é fundamentalmente pelas performidades/manifestações dos corpos abjetos, são elas as geradoras de territorialidades por criarem elementos de apropriação, uma vez que a presença deste corpo no território, é performático e contestador no sentido da heteronormatividade. Alinhado ao momento em que os corpos passam a performar e usufruir do território, com elementos de territorialidade, se constitui um território de abjeção (ou, como será chamado: território queer), podendo estar em conjunto com demais territórios similares, constituindo uma geografia sexual (abjeta¹).

No que toca à Amazônia, entendemos que haja um potencial para a produção de análises da geografia que dialoguem com o Queer, que busquem desbiologizar o corpo e que explorem com profundidade a ideia de corpo compósito ou complexo e que ultrapassa a fronteira entre o natural e o artificial e também por essa via interpretativa, de modo a convergir com a Etnologia e admitir o diálogo com outras áreas do conhecimento e sobre o que se sabe hoje sobre as ontologias ameríndias. O que procuramos demonstrar é que uma posicionalidade Queer pode ser fértil para se pensar tanto corpos, quanto objetos e imagens que povoaram a Amazônia e o que sabemos sobre estas. Não se trata, é óbvio, de acreditar nos mais diversos grupos uma subjetividade Queer, mas sim de se valer dos estudos Queer para se refletir a respeito de outros regimes de corporeidade possíveis. Assim, mais que identidades interseccionais, fluídas ou desviantes, seria possível pensar em corporeidades outras, e sobre a potencialidade de trazê-las ao debate e as contrapor às corporeidades que prevalecem hoje no Ocidente, nos regimes pós-industriais. Ademais, trata-se de pensar o quanto uma abordagem Queer pode ser especialmente interessante para a Amazônia, tendo em vista que muitos de seus pressupostos nomeadamente aqueles em torno da fabricação do corpo e em torno da relação com os objetos e de fato encontram pertinência e se aproximam aos modelos ontológicos descritos para a região.

¹ Em "Problemas de gênero" (Butler, 1990/2003), o conceito de abjeção de Julia Kristeva é fundamental, pois o corpo abjeto torna-se um paradigma para pensar gênero. Em "Powers of Horror: An Essay on Abjection", Kristeva define o abjeto como os excessos do corpo, aquilo que é expelido e descartado: fezes, urina, vômito, lágrimas, saliva (Kristeva, 1982). O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos, nossos excrementos, nossos excessos e, em última instância, nosso cadáver. Nosso corpo abjeto representa nossa doença, nossa morte. Os corpos abjetos da sociedade são aqueles que rejeitamos da mesma forma que rejeitamos nossos próprios excessos e aquilo que em nós apodrece, levando à nossa morte. Em Butler, encontramos diversas representações desses corpos abjetos.

É importante descrever em ordem cronológica, atentando-se para a identificação do objeto da pesquisa, local, sujeitos, materiais, técnicas, tempo, atividades e produtos (portfólio escrito, vídeo, jogos etc.) obtidos e método estatístico aplicado à pesquisa.

5. CONCLUSÃO

Caracterizando todo esse percurso teórico-crítico elaborado a partir dos apontamentos dos autores aqui citados, lançamo-nos a um desafio: entender como são extensas e múltiplas as possibilidades de expressão do corpo estando à luz das problemáticas de gênero. E, nessa relação, perceber as evidências e desafios de um campo de saber, como o da Geografia.

Utilizando-se das ferramentas e das estratégias das políticas feministas e queer, caberá enxergar e desconstruir os sistemas binários de pensamento e os discursos capturados pela lógica normalizadora, bem como perceber os conflitos existentes entre os movimentos e estratégias de resistência e as de dominação e, por fim, afirmar a emergência de novos sujeitos e suas (novas) práticas. Por fim, vale destacar o desejo de Peres (2013), para reafirmar a nossa aposta: “[devemos construir modos de] facilitar a passagem para que devires outros possam expressar novos modos de existencialização, fora dos binarismos e dos universais que até então se orientavam pelos processos de normatização impostos pelo biopoder e suas regulações biopolíticas” (PERES, 2013:63) (modificado parcialmente).

Será, contudo, no exercício de desconstrução das perspectivas hegemônicas instituídas que se pautará o esforço de engendramento da geografia que pontuamos, permitindo, desse modo, maior entendimento sobre o inacabamento dos modos de vida dos sujeitos marcados por suas trajetórias. Defende-se o entendimento de que, ao traçar esse percurso e na tentativa de que nos desloquemos do presente para desnaturalizá-lo, novas possibilidades de constituição da vida, dos sujeitos e das suas expressões tornam-se possíveis.

Finalmente, apostamos em uma Geografia menos classificatória, menos limitante, cujas perspectivas e determinações não se orientam exclusivamente por olhar simplificador e reducionista. Intuímos, com apoio das teorias queer, a possibilidade da Geografia não se pautar nos sistemas binários de pensamento, moralizantes e heteronormativos, abrindo-se a uma indagação sobre o seu próprio sentido histórico.

Por fim cabe dizer que estes caminhos apontados já vêm sendo percorridos. Se na produção formal acadêmica isso ocorre ainda de modo menos expressivo do que tem potencial para ocorrer, o mesmo não pode ser dito das práticas e do cotidiano daqueles de nós que lidam

cotidianamente com as amarras deste campo – e que dão corpo a uma Geografia Amazônica e Queer cada vez mais diversa em suas experiências e enfrentamentos.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Briena Padilha. **Narrativas cotidianas das profissionais do sexo: o trabalho nas casas noturnas**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, Irati, 2015.

BUTLER, J. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York, London: Routledge, 2003.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CLAVAL, Paul. **"O papel do terreno na geografia"**. Revista Confins [Online], 17/2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8373>; DOI: 10.4000/confines.8373 . Visto em 04.12.2020.

Convenção de Belém do Pará. (1994). **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, Visto em 03.09.2020, Disponível in: <http://www.campanapuntofinal.org/pdfs/belempr.pdf>.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CRUZ, V.C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. Terra Livre Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89 Jan-Jun/2006.

CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. **Espaços de Morte e Representações Sociais de Travestis na Cidade de Ponta Grossa –Paraná**. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 139-161, jan. / jul. 2013.

CORREA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995. p. 77-115.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero 1991**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças; ABREU, Ana Monteiro de. 1968 na França - 2013 no Brasil: Acontecimentos-Resistências. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2018, p. 1100-1121. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000201100&script=sci_abstract&tlng=pt

CORTÉS, José Miguel G. "**Cartografias disidentes**". In: CORTÉS, José Miguel G. (Org.). *Cartografias disidentes*. Madrid: SEACEX, 2008, p. 3-14
CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.I. São Paulo: Ed.34, 1995.

DELEUZE; Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. (Trad. Eloisa Araújo Ribeiro). São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. v. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. e Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Tomo I: Migraciones. Ciudad de México: Palabra de Clío, 2017. 194p.1

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. **Cartografias e devires: a construção do presente**. UFRGS, 2003.

GOLDIN, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia. Ribeirão Preto, vol. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GUIMARÃES, L. B.; SANTOS, T. J.; ALVES C. M. S. D. **Os Direitos da Mulher à Terra: A Promoção do Direito Constitucional e da Igualdade de Gênero No Campo**. *Seminário Gepráxis*, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 5769-5785, maio, 2019.

LUIS, Bonino. **Micromachismos: La violencia invisible en la pareja**. Disponible en, 1996.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento Queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições Decoloniais**. *GEOgraphia*, vol: 22, n.48, 2020.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. *GEOgraphia*. Niterói, Ano IX – v 9, n17, p. 20-46, 2007.

HARVEY, D. O espaço como palavra chave. 1973. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (org.) **David Harvey: a critical reader**. Tradução livre: Letícia Giannella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

KOZEL, Salette. **Um Panorama sobre as Geografias Marginais no Brasil**. In: HEIDRICH, Á. L.; COSTA, B. P. da; PIREZ, C. L. Z. (Org). *Maneiras de Ler Geografia e Cultura*. 1ª ed. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. 267 p.

KWAN, Mei-Po. **Affecting geospatial technologies: toward a feminist politics of emotion**. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, fe.v 2007. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9272.2007.00588.x>. Acesso em: 20 jan. 2023. DOI: 10.1111/j.1467-9272.2007.00588.x

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 43-67, 2014.

NASCIMENTO E SILVA, M.G.S.; SILVA, J.M.(Orgs.) **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014. p.17-35

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR.

ORNAT, M, J. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil**. 2011. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

ORNAT, M. J. Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do sul do Brasil. In: SILVA, J.M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.) **Geografias malditas: corpos, sexualidade e espaços**. 1ed. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2013. 207-241.

RIBEIRO, M.A; OLIVEIRA, R.S. A Prostituição Feminina fechada na cidade do Rio de Janeiro: Dinâmica e organização espacial. In: RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R.A. (org.) **Território sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Gramma. Rio de Janeiro, 2011.p. 63-74.

RIBEIRO, Manuela. **As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema**. In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE RODRIGUES, Marilena Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Revista Kátal, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 68-76, jan./jun.2009.

RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R. S. (org.) **Território sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira** 1ed. Rio de Janeiro - RJ: Gramma, 2011. 45- 62.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática,1993.

SILVA, Susana Maria Veleda Da. **Geografia e Gênero / Geografia Feminista - o que é isto?**. Revista Boletim Gaúcho de Geografia, 23: 105 - 110, março de 1998. Versão onlinedisponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia E Gênero: A Mulher Como Força De Trabalho No Campo**. Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. São Paulo, USP/FFLCH, s.d. (Tese de Livre-Docência), 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais: Os conceitos de Território e Territorialidade como orientações para uma pesquisa científica**. In: Territórios e Fronteiras (Re) Arranjos e Perspectivas.33-50. (Org) Nilson Cesar Fraga. Florianópolis: Insular, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** In: **Pensamento feminista conceitos fundamentais**, org. Heloisa Buarque de Hollanda. 2019 – Rio de Janeiro
SILVA, J. M. ; ORNAT, M. J. ; ROSSINI, Rosa Ester . **Geografia Feminista no Brasil nos anos 80: sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini.** 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

SILVA, Maria Silva. **Fazendo geografias: Pluriversalidades sobre gênero e sexualidades.** In: **Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades** / organizadora Joseli Maria Silva. Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, J. M. (org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** PontaGrossa,PR: Todapalavra,2009.

SILVA, Jean Carlos da. **O conceito de território na Geografia e a territorialidade da Prostituição.** In: RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael (orgs). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SILVA, Joseli. Maria. **Culturas e Territorialidades Urbanas.** Revista de História Regional, Ponta Grossa, vol. 5, no 2, p. 9 – 36, Inverno de 2000.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT; Márcio José. **Sobre sexualidade e espaço: prostituição e território travesti**. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael (orgs). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento e SILVA, Joseli. Maria. **Interseccionalidades, Gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Toda palavra. 2014.

SOFAL, A. M. S. et al. **Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: ser “t” e “estar prostituta.** In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.º 2, p.375-396,jan./jun.2019.

SANTOS, M. **O retorno do território.** In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. cap. 2, p. 80- 82.72

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando no espaço do homem,** 5. ed. São Paulo: Edusp. 2004.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular,2007.

SILVA, Joseli. **Os desafios para a expansão da geografia das sexualidades no Brasil e os limites do diálogo científico internacional.** In: **Espaço, gênero e feminilidade ibero-americanas.** Ponta Grossa, Paraná: Toda Palavra, 2011. pg.

SILVA, Joseli; NASCIMENTO E SILVA, M.G.S. **Introduzidas Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversidades do saber geográfico.**

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1988. STUBS, Roberta. **Devires de um corpo-experiência.** 1^a. ed. Curitiba: Appris, 2019.